

Luta e resistência: a importância de manter viva a memória de 1968

Juliana Marques de Carvalho Camargo¹

Recebido em setembro de 2020

Aceito em dezembro de 2020

RESUMO

O ano de 1968 foi um marco para o mundo, o momento era de contestação sobre a ordem vigente. O movimento iniciado neste ano se estendeu para vários países, constituindo-se como um dos mais importantes do século XX. O Brasil também não se isolou do contexto mundial, embora estivesse em um regime militar. O presente trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo realizar uma reflexão, fundamentada na perspectiva da memória e esquecimento (CARDOSO, 1999; 2001) e do conceito de “justa memória” de Paul Ricoeur (2007), sobre a necessidade de manter presente a rememoração do que representou o ano de 1968, principalmente no Brasil. Para tanto, daremos ênfase à invasão da Universidade de Brasília, ocorrida em agosto deste ano, partindo da hipótese de Valle (2018), de que a partir deste episódio é concretizado o fechamento do regime por meio do Ato Institucional 5.

Palavras-chave: Ditadura militar; Universidade de Brasília; 1968; Movimento estudantil

Struggle and resistance: the importance of keeping the memory of 1968 alive

ABSTRACT

The year of 1968 was a milestone for the world, the moment was of contestation on the prevailing order. The movement started this year extended to several countries, constituting itself as one of the most important of the twentieth century. Brazil was not isolated from the world context, although it was in a military regime. The present work aims to build a reflection, based on the perspective of memory and forgetfulness (CARDOSO, 1999, 2001) and the concept of "just memory" by Paul Ricoeur (2007) on the need to keep the memory of what represented the year of 1968, mainly in Brazil. In order to do so, we will emphasize the invasion of the University of Brasilia, which occurred in August 1968, starting from the hypothesis of Valle (2018), that from this episode the closing of the regime through the Institutional Act 5 was accomplished.

Keywords: Military Dictatorship; Brasilia University (UnB); 1968; Student movement.

O ano de 1968 foi marcado por vários acontecimentos, que não se restringiram a um local específico. Havia movimentos de protestos e contestação da ordem vigente em vários países, tais como França, Alemanha, Japão, Bélgica, Espanha, Egito, Estados

¹Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara. Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação- Unesp Bauru. Bacharel-licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara. Bolsista da Capes. Contato: juliana.camargo@unesp.br.

Unidos, Chile, México, Canadá, Tchecoslováquia, entre outros. Embora existissem diferenças entre eles, é inegável a inédita abrangência desse movimento (GARCIA, 1999).

No Brasil, o golpe militar perdurava por quatro anos e atuava de maneira cada vez mais repressiva e violenta. Assim, o movimento estudantil, que em 1968 teve a sua presença decisiva na resistência à ditadura militar, realizava protestos que coincidiam com o contexto mundial (VALLE, 2008). Entre os acontecimentos de 1968 no país estão a morte do estudante Edson Luís no restaurante universitário Calabouço, a Sexta-feira Sangrenta, Passeata dos Cem mil, a invasão da Universidade de Brasília, a Guerra da Maria Antônia e a tentativa de realização do XXX Congresso da UNE e o Ato Institucional número 5 decretado pelo governo no final desse mesmo ano.

A partir destes episódios ocorridos no transcorrer de 1968 no Brasil, dando enfoque principalmente à invasão pelos militares na Universidade de Brasília em agosto de 1968 e considerando a conjuntura atual, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão, fundamentada na perspectiva da memória e esquecimento (CARDOSO, 1999; 2001) e do conceito de “justa memória”, de Paul Ricoeur (2007), sobre a necessidade de manter presente a memória do que representou o ano de 1968, principalmente no Brasil. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com diferentes autores que trataram a singularidade desse movimento ocorrido em diferentes lugares do mundo (GARCIA, 1999; WEBER, 1999; RIDENTI, 1999), os seus desdobramentos no Brasil (VALLE, 2008; VENTURA, 1988). O acesso a documentos relacionados a invasão da Universidade de Brasília, também deve ser ressaltado.

Problematizar essas questões é contribuir para o debate na sociedade brasileira, que é assinalada, segundo Napolitano (2018), por um conjunto de linhagens de memórias plurais e desencontradas. Destacando-se: a memória da esquerda que tenta, segundo o autor, igualar as lutas por justiça social e democracia; a dos liberais, que é tanto crítica aos desmandos do regime militar como do populismo e da luta armada, com presença forte na imprensa, sistema político e entidades civis; a militar institucional, que trata a ditadura como um período a ser esquecido e silenciado; por fim, a memória da direita e extrema direita nostálgica da ditadura, ocupando cada vez

mais o espaço público e as redes sociais. Nesse sentido, evidenciam-se não só os conflitos que perpassam por esta temática, mas também a importância de elaborar políticas de memória, numa sociedade que as disputas por ela têm se intensificado.

Os protestos e reivindicações de 1968 espalhados pelo mundo

Mil novecentos e sessenta e oito foi marcado por acontecimentos que o transformaram num ano ímpar, com mobilizações estudantis espalhadas por várias partes do mundo que reivindicavam, cada uma em seu contexto e com suas peculiaridades, a transformação de uma sociedade calcada no autoritarismo. Os estudantes rebelaram-se contra as desigualdades sociais, assim como questionaram os costumes e tradições. De acordo com Henri Weber (2008, p. 21), “um novo ator histórico faz sua irrupção em cena, e não se trata de uma classe social, de uma categoria social, mas sim de uma categoria de idade”. Nesse momento a juventude assumia o protagonismo.

O movimento atingiu um alcance internacional, mas, apesar da simultaneidade, ele não se desenvolveu de forma homogênea. Na Europa ocidental, tomando como exemplo a França – lugar em que o movimento se difunde, culminando no denominado maio francês – havia uma crítica ao capitalismo, seguida por greves operárias e da luta dos estudantes, vinculada à esfera cultural, artística e comportamental, o questionamento do “*american way of life*”, do autoritarismo e stalinismo. Nos Estados Unidos, havia manifestações contra a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos LGBT e o aumento das tensões raciais com a morte de Martin Luther King, importante ativista no movimento negro. Na América Latina², existiam várias ditaduras militares, que levaram os estudantes a se organizarem, na luta pela volta da democracia. No Leste Europeu, a crítica ao comunismo da União Soviética; no Japão, assim como em outros países da Ásia, ocorria o mesmo processo de organização e reivindicação. Portanto, apesar das especificidades de cada país, vigorava em todos um desejo de transformação.

² Entre os países pode-se destacar principalmente os países do cone sul: Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru.

É uma grande diversidade, mas mesmo assim há uma grande unidade dentro dele. Creio que essa unidade se deve ao fato de que 1968, em todos os países, combina três grandes aspirações, realiza três grandes avanços: a primeira é uma grande aspiração democrática e libertária. O movimento de 1968 é dirigido contra todas as formas autoritárias de poder, em todas as instituições: na escola e na universidade, é claro, mas também na família, no casamento, nas empresas, em todas as organizações e, evidentemente, na sociedade política. É a rejeição de toda forma de poder legítimo do que for baseado no consentimento dos indivíduos, seja porque eles reconheçam o poder como competente, seja porque eles mesmos o designaram mediante eleições. É a aspiração ao direito de participação para todos igualmente, à tomada de decisões. Essa é a grande aspiração de maio de 1968, grande avanço democrático (WEBER, 1999, p. 22).

A abrangência deste movimento foi significativa, aqueles que buscam compreender os seus fatores destacam diferentes motivos para tamanha adesão. De acordo com Marco Aurélio Garcia (1999), em 1968 combinaram três dimensões de um processo revolucionário mais amplo em desenvolvimento no mundo: a dimensão anti-imperialista, anticapitalista e a crise das experiências socialistas no mundo. A primeira dimensão anti-imperialista se deu pela revolução em curso do denominado “terceiro mundo”. Cujo um dos maiores exemplos foi a Guerra do Vietnã, que se transformou numa referência de resistência para o mundo inteiro; muitas foram as mobilizações que contestavam esta guerra, tanto dentro dos Estados Unidos, que participavam diretamente do conflito, como em países da Europa. A “necessidade de existir vários Vietnãs” foi o mote de vários movimentos de resistência, evidenciando o caráter emblemático que tomou este embate.

A dimensão anticapitalista se dava no cenário dos países industriais avançados (GARCIA, 1999), nos quais os desdobramentos da reconstrução europeia do pós-guerra, marcada pela polarização da Guerra Fria, reforçava a convicção de alguns intelectuais de que as suas classes trabalhadoras foram incorporadas no processo de desenvolvimento do capitalismo, perdendo sua dimensão revolucionária e de contestação.

A última dimensão é a crise das experiências socialistas no mundo. Este fator delineou movimentos importantes tanto no Leste Europeu como na China. Na Tchecoslováquia, o movimento resultou num conturbado processo de crise do modelo

socialista, abalando a ditadura instaurada naquele país desde 1948 e ameaçando os fundamentos do modelo burocrático de socialismo praticado pela União Soviética. A Primavera de Praga gerou um impacto, pois a invasão soviética produziu uma frustração nas esquerdas do mundo inteiro.

Vistos em perspectiva, os acontecimentos de 1968 na Tchecoslováquia permitem pensar o desdobramento da crise ulterior do socialismo soviético. Com o fracasso da experiência da Primavera de Praga frustram-se as possibilidades reais de uma autotransformação do socialismo que conduzisse a uma reforma política indispensável para uma correção dos rumos econômicos. (GARCIA, 1999, p. 15).

Os acontecimentos de 1968 colocaram em evidência as aspirações dos jovens diante de uma sociedade em que o capitalismo se aprofundava; a negação da sociedade de consumo; as mudanças comportamentais; a ampliação das reivindicações incorporando o feminismo, questões ecológicas, minorias étnicas, movimentos homossexuais, que mais tarde vieram a se desenvolver com mais força, demonstrando que este ano se estendeu por vários outros e, portanto, a sua análise deve ser estendida para além.

Foram aspectos comuns aos movimentos libertários de 1968 no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade consumo; aproximação entre arte e política, uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes (RIDENTI, 1999, p.55).

O aumento no número de estudantes, as transformações sociais e, segundo Marcelo Ridenti (1999), algumas condições materiais como: a crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, massificação imposta pela indústria cultural, o aumento do acesso ao ensino superior, o avanço tecnológico e a

significativa importância dos jovens na composição etária, foram importantes para a deflagração desses movimentos significativos.

Após mais de 50 anos, 1968 ainda desperta a atenção de analistas e pesquisadores que buscam entender a dimensão deste momento no século XX. Os acontecimentos se estenderam mundialmente, com mobilizações, que redefiniram a sociedade, comportamentos, a política e o lugar da juventude nas reivindicações. No Brasil não seria diferente. Com uma ditadura militar perdurando por 4 anos, foi justamente neste ano que ocorreram diversas mobilizações, principalmente do movimento estudantil, demandando não só melhorias no ensino, mas também a volta da democracia e das liberdades que estavam ameaçadas diante de um regime que se fechava cada dia mais.

1968 no Brasil: a luta estudantil na resistência à ditadura

O Brasil, desde 1964, vivia sob uma ditadura militar que, no seu início, contou com amplo apoio tanto da classe dominante quanto da classe média. Num primeiro momento, a ditadura assumia um caráter provisório, necessária apenas para livrar o Brasil do “perigo” comunista. No entanto, com o passar do tempo, sua face permanente fica evidente, pois a repressão passa a atuar de forma mais violenta, tendo o seu ápice no Ato Institucional de número 5 decretado pelo governo no final de 1968. Os episódios que antecederam esse ato aconteceram no decorrer desse ano. Com a explosão dos movimentos estudantis, instaurou-se um clima de ruptura e combatividade, marcado por cenas de violência e repressão, tornando a resistência mais latente e necessária.

Nacionalmente, o início de 1968 foi marcado por manifestações de estudantes, que reivindicavam ensino público e gratuito para todos, a democratização do ensino superior e a melhora na sua qualidade, bem como o aumento na participação dos estudantes nas decisões e mais verbas para as pesquisas. Embora a pauta estivesse voltada para melhorias educacionais, os estudantes também contestavam a ditadura implantada e a restrição das liberdades. Vale a pena contextualizar que, no ano de 1967, os estudantes se mostraram extremamente insatisfeitos com a Política

Educacional do Governo, cujas diretrizes ficariam mais claras no ano seguinte. Entre os objetos de críticas realizadas pelos estudantes estão os acordos MEC-USAID³, estes sofreram forte oposição do movimento estudantil, que se colocou contra as políticas de cunho imperialista na educação e a intervenção do governo americano no Brasil, pois sua influência colocava em risco o ensino público e gratuito. Assim, ficou latente a tensão entre governo e os estudantes, estes foram colocados no âmbito da segurança e os seus problemas tratados como questão militar.

Em 28 de março de 1968, no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, ocorreu a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. O restaurante foi invadido pela polícia para reprimir os estudantes que exigiam melhorias em sua estrutura e a ampliação de vagas nas universidades. Este foi um dos primeiros casos, marcando a passagem do movimento estudantil ao enfrentamento (VALLE, 2008). Diversos estudantes ficaram feridos, o assassinato de Edson Luís gerou comoção por todo Brasil, várias passeatas aconteceram e milhares de pessoas compareceram ao seu enterro.

[...] O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 mil, três meses depois, ficou na história como um marco. Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, “era o cadáver que faltava” (VENTURA, 1988, p. 105).

Alguns meses depois, o movimento estudantil voltaria às ruas novamente. No Rio de Janeiro, em vinte e um de junho, ocorre a Sexta-feira Sangrenta, com quatro mortos, muitos feridos e centenas de presos. Neste momento, ocorre a adesão de setores populares na luta estudantil, e a imprensa passa a relatar o conflito de populares e estudantes contra a PM; este apoio impõe uma nova dinâmica às manifestações (VALLE, 2008), o confronto passa a ser uma realidade.

³ Firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, tinham como objetivo reestruturar o ensino superior no país através do enfoque na formação técnica e estimulando a privatização do ensino.

Policiais “sem comando” e população agindo “espontaneamente” expressam a imprevisibilidade de uma “guerra”. De acordo com a versão dos estudantes e do *Correio da Manhã*, a polícia é quem parte para o “ataque”. No entanto, iniciada a “batalha campal”, tornar-se difícil identificar “agressores” e “agredidos”. É a hora e a vez do “imprevisível” (VALLE, 2008, p. 115).

Dias depois, em 26 de junho, se deu a Passeata dos Cem Mil, em que estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. Devido à comoção das manifestações anteriores, esta se dá sem a intervenção da polícia, pois a pressão da opinião pública era grande. De acordo com Ridenti (1999, p. 57), “uma comissão ampla foi indicada para iniciar um diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão.”

Neste clima de tensão, o segundo semestre se inicia, marcado pela invasão da Universidade de Brasília em 29 de agosto. Essa foi a terceira sofrida pela universidade em quatro anos do regime militar; isso se sucedeu, pois os militares enxergavam aquela como um foco de subversão e, enquanto tal, deveria ser combatida. Os objetivos da invasão e seus desdobramentos serão abordados com mais detalhes no próximo tópico.

Em 3 de outubro, em São Paulo, aconteceu um episódio que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antônia, enfrentamento dos estudantes de Filosofia da USP e grupos de extrema direita do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) da Universidade Mackenzie, as duas universidades estavam localizadas na rua Maria Antônia no Centro de São Paulo. De acordo com Maria Ribeiro do Valle (2008), a luta da Rua Maria Antônia tem início quando os universitários da USP e secundaristas realizam um pedágio com o intuito de recolher fundos para realizar o XXX Congresso da UNE. Eles foram agredidos com ovos e pedradas que vinham do prédio da Mackenzie, localizado em frente ao da Faculdade de Filosofia. Neste enfrentamento, um estudante, José Guimarães da USP, foi assassinado. Diferente da morte do estudante secundarista Edson Luís, que morreu durante uma invasão da polícia, a morte de José Guimarães se deu devido a luta entre os próprios estudantes.

A preparação para o XXX Congresso da UNE segue mesmo com o confronto entre os estudantes; em quinze de outubro ele foi desmantelado em Ibiúna, no interior

de São Paulo. Todos os que estavam presentes foram presos, ou seja, mais ou menos 700 universitários e os líderes do movimento. Embora os líderes estivessem presos, ocorreram manifestações do movimento estudantil em diversos estados.

Em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília voltam a ocorrer passeatas e comícios relâmpagos em protesto contra as prisões de Ibiúna. Na maioria, há choques com a polícia, que, utilizando-se de forte esquema repressivo, acaba efetuando novas prisões (VALLE, 2008, p. 241).

Diante de todas essas manifestações, o governo baixa o Ato Institucional nº5, no qual há o fechamento e recrudescimento do regime militar, que passa a se utilizar de mais violência para conter qualquer tipo de movimento que o contestasse. A seguir, será aprofundada a questão da invasão da UnB, já citada acima, pois se parte da hipótese de Valle (2008) e Zuenir Ventura (1988) de que o episódio se constituiu como um dos antecedentes para este fechamento.

A invasão da UnB e sua relação com Ato Institucional nº5

A invasão da Universidade de Brasília no dia 29 de agosto de 1968 foi emblemática, e os desdobramentos deste episódio foram atos violentos por parte do governo, que queria encontrar alguma justificativa para a sua intenção de fechar e endurecer ainda mais o regime.

O campus da UnB foi invadido em uma operação conjunta da Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI⁴ e Polícia do Exército com o objetivo de prender quatro estudantes que tinham a prisão preventiva decretada, entre eles estava o líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães⁵, presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). Até então, a universidade havia sofrido duas

⁴ Serviço Nacional de Informação.

⁵ Honestino Guimarães ingressou na UnB em 1965, com 17 anos, e foi o primeiro lugar geral do vestibular. Foi uma liderança estudantil importante, sendo presidente do Diretório Acadêmico de Geologia, vice-presidente da Federação dos estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) em 1966, foi eleito presidente da FEUB em 1967 durante uma de suas prisões, mesmo sem ter se candidatado. No decorrer da ditadura, foi perseguido e indiciado várias vezes, sendo preso no dia 29/08/1968. Honestino, após passar vários anos na clandestinidade, foi preso pela última vez em outubro de 1973, estando desaparecido desde então.

invasões; o seu modelo inovador, construído com base na autonomia didática, financeira e disciplinar, chocava-se frontalmente com as barreiras impostas pela ditadura em vigor.

É explicável, por conseguinte, a animosidade que provocamos. Aquela universidade, nascida do otimismo da era Juscelino, do reformismo da era de Jango e do utopismo dos melhores cientistas brasileiros – que podendo antever o Brasil que pode ser, se desesperam com o Brasil que é – não era compatível com nenhuma ordem ditatorial de objetivos antinacionais e antipopulares. A verdade inteira é que a UnB não era domesticável por nenhum sistema regressivo e repressivo. O contexto político que corresponde a ela, como atmosfera em que pode respirar e viver, é o da democracia. Isto porque só em liberdade ela poderia e poderá dedicar-se ao povo brasileiro com a capacidade de servi-lo não no que ele é – ou fizeram dele – mas no que há de ser, por sua própria vontade e esforço (RIBEIRO, 1978, p. 83).

A invasão ocorreu de forma violenta, segundo o relatório da Comissão de Sindicância (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968) realizado a pedido do reitor Caio Benjamin Dias, composta por professores e funcionários, a fim de levantar os danos sofridos pela universidade. O relatório, após ouvir diversas testemunhas, detalha a invasão.

Nele consta que, na manhã do dia vinte e nove de agosto, a UnB funcionava normalmente, com alunos, professores e funcionários desempenhando suas respectivas funções até o momento em que o campus se transformou em palco de graves ocorrências. Um grupo de policiais em trajes civis adentrou o campus em viaturas com chapa fria, e por isso não foram percebidas pelos que estavam próximos. Sem serem notados, os policiais deram continuidade à invasão, desceram dos carros, entraram no prédio da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) e em seguida saíram com o líder estudantil Honestino Guimarães, empurrando-o com violência para um dos carros, que já estava preparado para deixar o local (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Após a prisão do líder estudantil, os policiais ainda se encontravam na UnB; algumas pessoas, que não foram identificadas, viram a prisão, começaram a gritar por socorro e atiravam pedras em direção à viatura, as quais reagiram com tiros, atingindo um estudante na perna. Outros grupos de policiais chegaram em dois caminhões de

transporte de tropas, lançaram bombas de gás lacrimogênio e continuaram a disparar com armas de fogo em direção ao edifício da reitoria, que logo foi invadido.

Ainda de acordo com o relatório, os policiais seguiram pela universidade, arrombando portas, entrando em todas as dependências, identificando funcionários e todos que nela se encontravam. Percorreram os vários prédios portando armas, bombas, cassetetes; alguns estudantes atiravam pedras, e os soldados respondiam disparando suas armas de fogo. Os professores, por sua vez, tentavam manter a calma impedindo os alunos de saírem de onde estavam, enquanto os policiais continuavam entrando em laboratórios, salas, agindo com extrema violência com toda a comunidade universitária que tentava se proteger. O pânico era geral.

Os disparos realizados no mezanino da Faculdade de Tecnologia atingiram um estudante na cabeça, mesmo assim os disparos continuaram na direção daqueles que ali estavam buscando proteção. Apesar da resistência de alguns soldados, o estudante atingido foi socorrido por um professor e levado ao Hospital Distrital (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Alguns deputados, ao saberem do ocorrido, se dirigiram a UnB. No entanto, uns foram espancados pelos policiais, outros ouviram expressões desrespeitosas. Assim, os policiais foram proibidos de estabelecerem qualquer tipo de diálogo com os parlamentares.

Nessa altura, vários parlamentares já estavam no campus, ou para prestar solidariedade aos estudantes ou à procura de filhos. Um dos primeiros a chegar foi o deputado Santili Sobrinho, acompanhado do filho, em busca da filha. Foi logo cercado por soldados e, enquanto se identificava o cassetete descia sobre a cabeça do filho. Abraçou-se então ao rapaz para protegê-lo e passou a apanhar também. “Eu sou deputado”, apelou, e foi pior. “É por isso mesmo”, gritaram as dez vozes que brandiam os cassetetes. O deputado Davi Lerer teve um cano de metralhadora encostado no umbigo. “Senti o frio do aço”, revelou depois. Os seus colegas Mario Covas, Martins Rodrigues, Amaral Peixoto, entre outros, passaram por situações parecidas. Covas estava traumatizado: “Dessa vez ninguém me contou, eu vi tudo. Foi horrível.” Mais sintomática, porém, foi a reação do deputado Clóvis Stenzel, da Arena, conhecido por suas posições radicais. Estarrecido com o que estava assistindo, disse: “Eu, que sou identificado como homem da linha dura, acho tudo isso uma barbaridade” (VENTURA, 1988, p. 194-195).

Os detidos foram encaminhados para uma quadra de basquete, sendo acompanhados pelos deputados, professores, funcionários e alunos que ficaram do lado de fora. Lá foram identificados e transportados para viaturas. A polícia deixou a UnB por volta das 12 horas.

A descrição acima, baseada no relatório da comissão de sindicância, evidencia o caráter extremamente violento dessa operação. A polícia utilizou armas de fogo, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e realizou disparos, atingindo estudantes, numa universidade que estava em pleno dia letivo, repleta de professores, alunos e funcionários. Diante desses fatos, os deputados, a comunidade universitária e a opinião pública se posicionaram contra a violência policial exercida.

A observação do desenvolvimento da ação aponta a sua premeditação, tanto pelo curto espaço de tempo em que ela se deu quanto pelo grande número de policiais que estavam nas imediações da universidade, a infiltração de agentes do DOPS incitando os estudantes à violência, a denúncia da própria Polícia Federal, por meio de telefonema no dia anterior do conflito, confirmando a ausência do reitor e o aviso ao hospital de Brasília de que o mesmo receberia vários feridos (VALLE, 2008).

Ainda de acordo com Valle (2008), é veiculado um alerta por meio de fontes do governo de que os últimos acontecimentos, inclusive o ocorrido na UnB, já estavam previstos em um “plano”, que tinha auxílio do exterior, cujo objetivo era a derrubada do regime. O intuito era manter a população em alerta contra os incidentes que seriam provocados futuramente pelos “subversivos”, envolvendo estudantes das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mais uma vez notamos a tentativa da “linha dura” de criar “fatos políticos” buscando inverter a sua autoria. Tanto que, em nota oficial, a Polícia Federal justifica a invasão com o fato de autoridades da universidade, até mesmo o reitor Caio Benjamin Dias, estarem cedendo salas para reuniões de “caráter altamente subversivo”. Os conflitos ocorrem, segundo esta fonte, em virtude do fato de os agentes federais ser recebidos com pedras e outros objetos lançados pela “turma de segurança” dos estudantes e ser alvos de disparos de “armas de fogo”. Por outro lado, a infiltração de agentes do DOPS incitando estudantes à violência a fim de ter um pretexto para que a repressão policial seja intensificada, segundo depoimento de vários professores presentes no *campus*, confirma também nossa hipótese (VALLE, 2008, p. 171).

O decorrer deste fato gera uma crise entre o poder Executivo e o Congresso, pois alguns parlamentares fazem discursos inflamados contra o governo e são convocados a depor na polícia. Em protesto, o MDB se retira da CPI da Universidade de Brasília, que acaba sendo arquivada.

O episódio da invasão da UnB deixa evidente a postura do governo, no qual os militares radicais passavam a agir abertamente; aqueles que não faziam parte dessa ala e, porventura, criticaram a invasão foram punidos, demonstrando explicitamente a disposição das forças armadas para a escalada repressiva (VALLE, 2018). Para Ventura (1988), ao longo dos anos, foram armazenados indícios de que nesta altura as forças radicais não deixariam de utilizar medidas de exceção e a própria invasão à Universidade de Brasília estava dentro desse plano que geraria um impasse cuja solução seria o endurecimento. Este foi concretizado no Ato Institucional nº5 de 13 dezembro de 1968, marcando o início da fase mais sangrenta da ditadura. Assim, saem de cena os “anos rebeldes” para a entrada dos “anos de chumbo” (RIDENTI, 1999).

Esquecer e lembrar: o lugar da memória nestes acontecimentos

A ditadura militar, segundo Ventura (1999), buscou apagar 1968 da história contemporânea do país. Entretanto, mesmo com esta tentativa, havia e há uma sede de informações sobre este período: “ocorreu um pouco aquilo que a psicanálise explica bem, quando uma coisa é recalcada e acaba voltando com mais intensidade.” (VENTURA, 1999, p. 131).

Segundo Theodor Adorno (1995), há uma tendência de desaparecimento da consciência da continuidade histórica e apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que da fraqueza da consciência diante da superioridade de processos inconscientes, ou seja, o esquecimento pode gerar condições favoráveis para que o passado se repita. Ainda segundo ele, observa-se cada vez menos a valorização da memória na sociedade burguesa, com isso os jovens não têm o conhecimento da história. O esclarecimento sobre o que aconteceu precisa se contrapor a um esquecimento que é plenamente justificado; assim, para o autor, tudo dependerá do modo que o passado é referido no presente, ou seja, “se permanecemos

no simples remorso ou se resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível” (ADORNO, 1995, p. 46).

Maurice Halbwachs (1877-1945), foi um autor importante no desenvolvimento de estudos de memória. O seu conceito de memória coletiva consagrou o enfoque sociológico dos processos de lembrança (NAPOLITANO, 2018). De acordo com Halbwachs (1990) a memória individual se constitui como um ponto de vista da memória coletiva. Para este autor, o estabelecimento da memória coletiva passa pela influência do contexto social, que atua como base para o trabalho de reconstrução da memória. A percepção coletiva do trabalho da memória não pode ser vista apartada do contexto social vigente.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, por que elas passam incessantemente desses para aquele reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 1990, p.34).

Assim, memória deixa de ter um caráter individual, visto que uma lembrança não pode coexistir isolada de um grupo social. Para que ela ocorra é necessária a existência de uma comunidade afetiva, portanto, uma lembrança individual está baseada nas lembranças dos grupos que os indivíduos estão inseridos.

De acordo com Le Goff (2013), os fenômenos da memória, considerando aspectos biológicos e psicológicos, são resultados dos sistemas dinâmicos de organizações e existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui. Ainda, para este autor as perturbações da memória devem ser esclarecidas também à luz das ciências sociais.

Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 2013, p.389).

O interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem manipulações conscientes ou não sobre a memória individual, isso não se restringe somente a recordação, mas também ao esquecimento (LE GOFF, 2013). Neste sentido, dentro da luta das forças sociais pelo poder a memória coletiva foi colocada em jogo. Uma das preocupações das classes, dos grupos e indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas, é, segundo Le Goff (2013), tornarem-se senhores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação na memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p.390).

Na perspectiva de Irene Cardoso (2001) a relação entre memória e esquecimento é marcada por nuances, principalmente quando se trata dos acontecimentos relacionados a 1968, daí a relevância de problematizá-la. Segundo a autora, quando a interpretação histórica do passado se dá como uma construção, deve-se considerar que as análises das ciências históricas e sociais podem se constituir na configuração da memória coletiva das sociedades, mesmo que não haja uma relação explícita entre memória e história.

A escolha dos temas a serem abordados, a variação temática, a retomada ou o silenciamento de outros, a emergência de novos estão relacionados a modos de percepção da história, datados historicamente, que podem significar os modos diversos de expressão de configurações da memória coletiva das sociedades (CARDOSO, 2001, p. 25).

Portanto, segundo a autora, a historiografia ou as ciências sociais estão constituídas numa historicidade e referidas a movimentos diferentes da temporalização da história e da memória.

Para Cardoso (2001), o aspecto da memória e do esquecimento é problemática central para a compreendermos os acontecimentos de 1968. Para a autora, é necessário considerar os registros colocados como questões que estabelecem as dificuldades para a construção de uma memória coletiva sobre os acontecimentos, entre eles estão: a dificuldade de simbolização, representação ou mesmo a interdição do passado; a proposição da anistia e a prática da normalização da sociedade; e, por último, o

esquecimento como um meio de sobrevivência social e individual no momento em que imperava a violência.

O esquecimento ocorreu na sociedade brasileira principalmente pela repressão política e cultural, impedindo a existência de uma memória coletiva, sobretudo dos acontecimentos retratados no decorrer deste texto; a censura e o silenciamento da sociedade também compõem este cenário. Outro fator importante é o Projeto da Anistia, que determinou a não abertura de investigação do passado, assim como a transição lenta e gradual para a democracia, uma das maiores entre os países que passaram por ditaduras, contribuindo para a diluição dos fatos no decorrer do tempo. Estes fatores tiveram consequências, entre elas estão realidades que passam a ser vistas como inexistentes:

A imposição do esquecimento, nas formas que tomou na experiência brasileira, produziu um efeito importante e singular, o da produção do “inexistencialismo” (VIDAL-NAQUET, 1988), realidades que passaram a ser consideradas inexistentes: o não-sucedido, o não-nomeado, o não incluído no âmbito da linguagem e da história, a pura e simples abolição simbólica dos acontecimentos. Este inexistencialismo pode ser evidenciado na questão dos desaparecimentos de pessoas, a inexistência da própria morte, e na questão relativa a alguns acontecimentos, como o do caso do massacre coletivo na guerrilha do Araguaia, pelas forças de repressão política, até hoje não reconhecido oficialmente como tendo existido (CARDOSO, 1993). E possivelmente inúmeros outros não-registros, de que não se têm sequer notícia (CARDOSO, 1999, p. 138).

Além disso, para a autora, a negação da história e da memória faz perder o sentido de herança, o que prejudica o estabelecimento de uma relação da singularidade passada com a singularidade do presente.

Esta negação da história e da memória significa ainda a perda de qualquer sentido de herança, de um modo muito preciso, não o de uma memória que retira do acontecimento o que pode haver de comum para uma confirmação do presente, mas daquela que pode trazê-lo na sua singularidade passada, permitindo pensar, então a diferença que instaura no presente, e formular a questão de até que ponto essa herança nos concerne ou não, a partir de uma posição que pode pensar, também a singularidade do nosso presente” (CARDOSO, 2001, p. 203).

De acordo com Ventura (1999), deve-se ter cautela ao olhar para o passado. Num país como o Brasil, que ainda possui muitos fatos obscuros, principalmente

relacionados à ditadura militar, entendê-lo é extremamente importante. Neste sentido, não se pode correr o risco de idealizá-lo, muito menos de deixá-lo em total esquecimento, daí a problematização do conceito de “justa memória” (RICOEUR, 2007).

Segundo Ricoeur (2007), esta temática deve ser vista como uma preocupação pública diante daquilo que nos é apresentado pelas comemorações excessivas, do exagero da memória ou do esquecimento – situações que nos impedem de refletir de forma clara sobre a permanência ou ausência do passado no presente. Assim, tanto a lembrança quanto o esquecimento constitui a memória e devem ser tomados com a mesma preocupação. O autor procura evitar e combater o abuso da memória trabalhando com três categorias de tipologias: memória impedida, manipulada ou memória obrigada.

Na memória impedida, Ricoeur dialoga com as patologias da memória que são extremamente prejudiciais para a política de uma justa lembrança. A dificuldade reside no fato de que o está em jogo são alterações individuais e coletivas devido ao uso, à prática da memória (RICOEUR, 2007). Nela o passado atua como uma alternativa de cura para o presente.

A memória manipulada trata da modificação que os detentores de poder podem realizar sobre a memória. Segundo o autor, os empreendimentos de manipulação da memória estão vinculados aos diversos níveis operatórios da ideologia. Neste sentido, a função da narrativa é essencial, visto que “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (RICOEUR, 2007, p. 98). Assim, a memória narrada, além de enquadrar, pode manipular as lembranças.

Por fim, há a memória obrigada, na qual, segundo Ricoeur (2007, p. 99), não se “pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido”. A ideia de justiça tem sua força no fato de que ela se volta para outrem, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.” (RICOEUR, 2007, p. 101). Outro ponto a ser ressaltado é o conceito de dívida, que para o autor é inseparável da ideia de herança.

O dever da memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOUER, 2007, p. 101).

A memória como ideia de justiça deve ser problematizada, pois, pode ocorrer um abuso da manipulação, transformando a memória em um projeto. Para o autor, é necessário desvencilhar o dever da memória de seu abuso, para que esta tenha um uso consciente e adequado. Deve-se ter em questão que lembrar e esquecer não são atos involuntários, mas estão condicionados aos usos que se faz no presente, os quais podem apagar, reforçar ou até suprimir um passado a partir de interesses particulares.

Segundo Lucília Delgado (2006) não há uma neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado. Para esta autora, a expressão da memória, através da recordação não se constitui num processo linear e contínuo, possui marcas de tensão e é caracterizada por diferentes manifestações. Na sua perspectiva, o lastro da memória coletiva é fundamento não só da história da humanidade, mas também das histórias específicas (nacionais, étnicas e educacionais). Nesse sentido, “transcende o intervalo da existência individual e possibilita ao ser social reviver e redimensionar significados e experiências” (DELGADO, 2006, p.61).

Considerações finais

Os acontecimentos relacionados ao ano de 1968 possuem sua inscrição no tempo e na história. O movimento buscava contestar a ordem vigente, a juventude reivindicava transformações numa sociedade que ainda estava, numa certa maneira, fundamentada no conservadorismo. Romper com esse ordenamento era uma das palavras de ordem, além do aumento da participação nas decisões, o combate à discriminação social, de classe, sexo, a exigência das liberdades e a modificação das formas de dominação tradicionais.

Apesar de o movimento de 68 ter mais de cinquenta anos, a necessidade de manter na memória o que ele representou é latente. Assim, é necessário continuar 1968 (WEBER, 1999) diante de um contexto em que a extrema direita vem ampliando sua

participação nos governos em diferentes países. Neste cenário, o aprofundamento da democracia é decisivo, a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, diante de ameaças constantes, deve estar presente nas pautas de reivindicações e no desenvolvimento de políticas públicas. A mobilização do movimento ecológico para garantir a preservação do meio ambiente, diante do aquecimento global – que há alguns anos passou a ter sua existência contestada por alguns grupos e políticos – é significativa para que se alcance um desenvolvimento alinhado à sustentabilidade.

O aprofundamento e ampliação dos direitos das mulheres, numa sociedade pautada pelo machismo, também devem ser ressaltados. O movimento feminista, que começou a tomar mais força no ano de 1968, alcançou várias conquistas, contudo essas precisam ser reforçadas, e as novas pautas por ele colocadas devem ser objetos de discussão e reflexão por toda a sociedade.

No cenário nacional, dentro dos acontecimentos de 1968, a invasão da Universidade de Brasília é um episódio emblemático devido a suas circunstâncias, premeditadas por setores radicais do governo; à violência com que se desenvolveu essa ação, com professores, estudantes, funcionários e parlamentares agredidos por policiais, estudantes feridos, vítimas de disparos de armas de fogo; ao impasse que se sucedeu entre executivo e legislativo, até o fechamento do congresso por meio do AI-5, que legitimou ações de repressão, violência e censura por parte do governo.

Ao olharmos para o contexto brasileiro atual, observamos que não só os acontecimentos de 1968 não foram elaborados, como também a ditadura militar como um todo, e os pedidos de intervenção militar para colocar fim à corrupção deixam claro essa afirmação. No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), houve a instalação de Comissões da Verdade, que teve como resultado a produção de relatórios, existia uma preocupação com o fato do país não ter lidado com passado da ditadura da forma como deveria; no entanto, essas iniciativas, apesar de importantes, não foram suficientes.

Atualmente temos um governo que insiste em desenvolver políticas que ameaçam os direitos conquistados e tem em seus quadros muitos militares. O discurso de que há um inimigo a ser combatido volta novamente com força, alguns insistem em dizer que “libertaram” o Brasil de um comunismo que, no entanto, nunca existiu. Os

ataques aos direitos dos trabalhadores, minorias, meio ambiente – a partir da proposta de flexibilização das leis ambientais –, a ampliação do conservadorismo, a desqualificação de professores e a repetição de ataques às universidades públicas, sob a alegação de que são antros da ideologia e doutrinação de esquerda, são a tônica de um governo que afirma representar o novo na política e que, por isso, colocaria fim ao viés ideológico disseminado anteriormente.

Neste cenário obscuro, lembrar 1968 é dar continuidade às reivindicações que pautaram o movimento estudantil, rememorar que é possível contestar a dominação existente, aprofundando a democracia, garantindo as liberdades; é compreender que os protestos e as manifestações são legítimos e demonstram a força que uma articulação pode assumir; é também não se submeter e reivindicar sempre que for necessário. Portanto, diante todos os acontecimentos atuais, a luta e a resistência expressas no ano de 1968 devem estar presentes na memória coletiva, não se pode reeditá-lo, mas a atualidade de suas reivindicações ainda permanece.

Referências

ADORNO, T. O que significa elaborar o passado. In: _____. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.29-50

CARDOSO, I. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.135-142.

CARDOSO, I. **Para uma Crítica do Presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

DELGADO, L. A. N. **História oral – memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório final da comissão de sindicância**. Brasília, 28 de setembro de 1968.

GARCIA, M. A. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 7-17.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2 ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 7º edição revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Trad. Robespierre de Oliveira, Debora Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

NAPOLITANO, M. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum** (UFPB), v. 39, p. 205-218, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Coleção depoimentos, vol. 3. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. Breve Recaptulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 55-60.

VALLE, M. R. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Lutas estudantis e ditadura militar: as invasões da UnB e 1968. **Critica marxista**, São Paulo, v. 47, p. 47-, 2018.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. A nostalgia do não vivido. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.129-134.

WEBER, H. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 21-26.